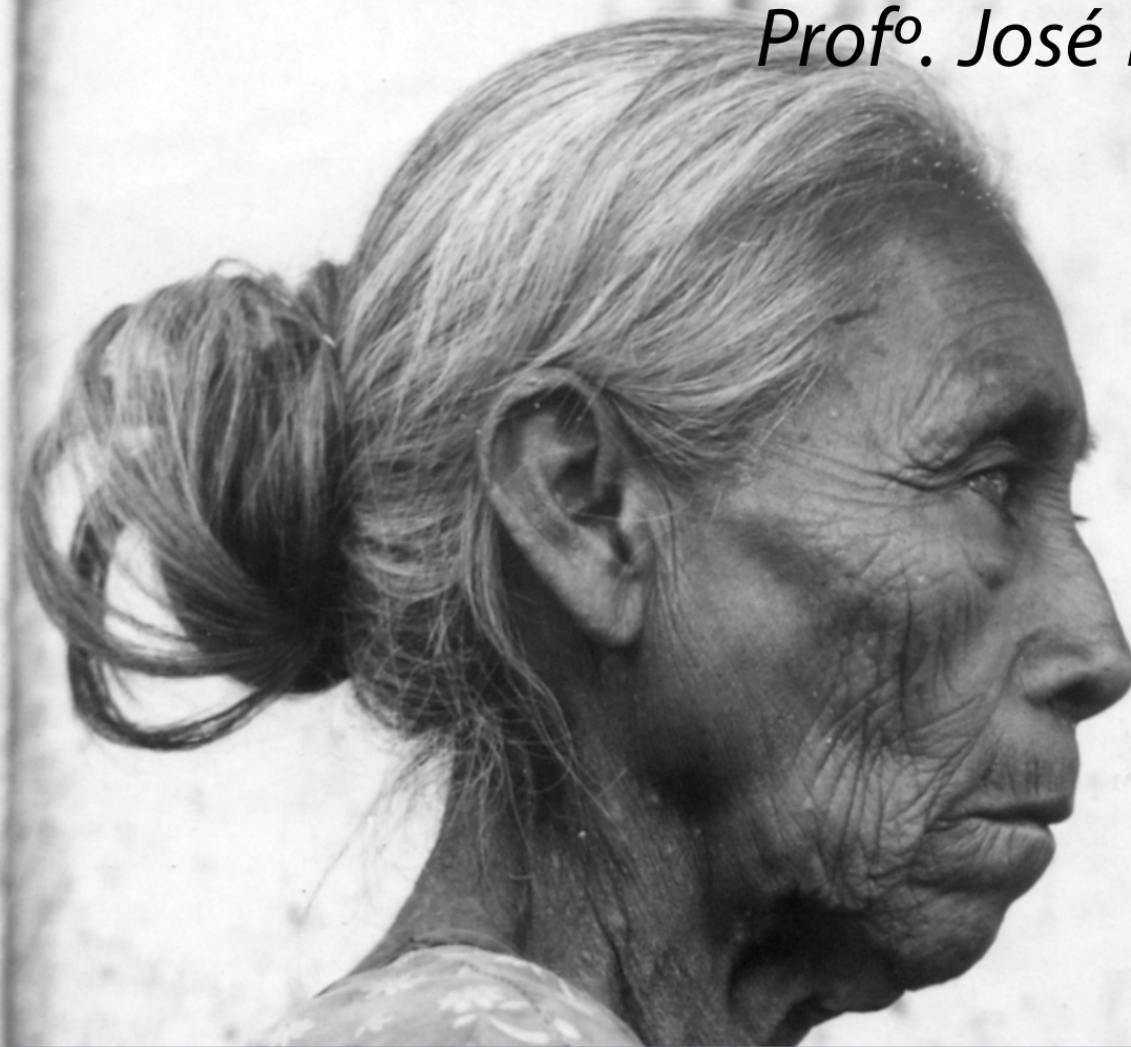


Profº. José Ronaldo Mendonça Fassheber



# SOBRE SEU ESTRANHO VIZINHO ÍNDIO:

*a antropologia e o encontro com o outro*



Foto: Mulher e criança kaingang - AVISC NEPI -Acervo Silvio Coelho dos Santos/Flickr

# Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

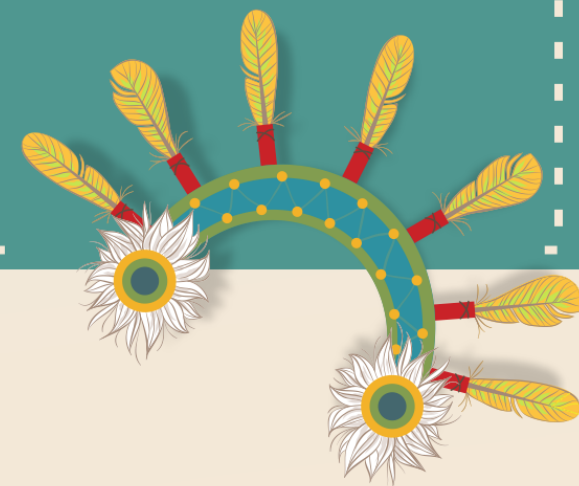
Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

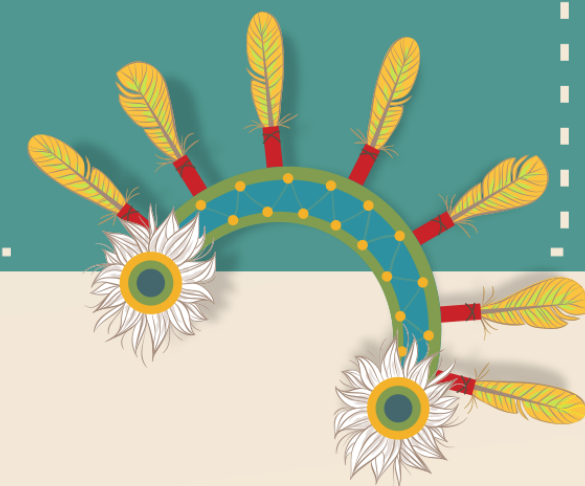
Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

**Boa leitura!**



# ÍNDICE



# APRESENTAÇÃO

Caros amigos,

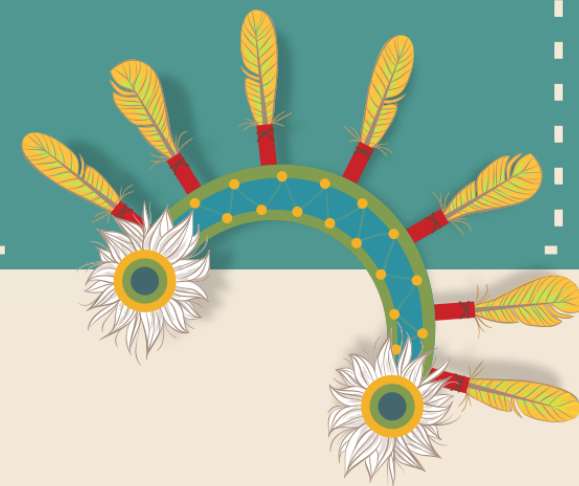
Apresento-lhes este e-book para enriquecer os conteúdos desenvolvidos nas aulas de Cultura e Identidade de nossa Especialização em Ensino da Sociologia. Aqui, apresentaremos seus vizinhos indígenas, aqueles que batem à nossa porta vendendo cestas e pedindo algum pão ou moeda. Aqueles, cujos meninos correm por nossas rodoviárias e confortavelmente revelam nosso desconforto.

Escolhi nossos vizinhos Kaingang por ser uma população bastante numerosa, tanto no Paraná como entre os povos indígenas em geral. Afinal, dos mais de 35 mil Kaingang, mais da metade mora ao redor ou dentro de nossas cidades paranaenses. Estes mesmos, cujas nossas representações são historicamente negativas: imundos, desdentados, pedintes, coitadinhos, inúteis, feios, bêbados, aculturados e cujas terras não sabem aproveitar ou produzir. Apresento-lhes para nos familiarizarmos com esse estranho vizinho de quem ouvimos falar algumas coisas.

Começaremos discutindo o papel da antropologia nesse encontro de povos diversificados ao longo do mundo. Aprendemos a deslocar nosso olhar, estranhando a nós mesmos e aprendendo a nos familiarizar com os outros. A etnografia surge como aparato metodológico dessa empresa. Em seguida, analisaremos as situações de contato entre colonizadores e indígenas no Brasil e as conseqüentes transformações culturais geradas por nossas imposições e instituições. Conheceremos os mapas e dados atuais das populações indígenas das chamadas terras baixas da América do Sul, suas lutas e desafios contemporâneos. E, por fim, veremos especificamente uma dessas etnias, a saber, os Kaingang, meus amigos de 20 anos transcorridos em campos e livros.

Esses Kaingang, que nós, antropólogos ou bons interessados, às vezes incomodamos querendo ajudá-los. Ajudar a recuperar e a desenvolver o melhor de suas potencialidades. E serem os vizinhos visíveis de nossa sociedade.

Boa leitura!



## ANTROPOLOGIA E O ENCONTRO COM O OUTRO

Sir Edward Evans-Pritchard foi um brilhante estudioso da segunda geração da antropologia social inglesa, aluno de Malinowski e de Radcliff-Brown, tendo trabalhado com populações nativas na África Central: entre elas, ele pesquisou os Azande, sobre os quais escreveu uma de suas mais famosas obras – *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande* - (1976 e 2005). Essas experiências levaram-no a refletir sobre o trabalho de campo. Assim também nós, em nossa primeira experiência, não sabemos de antemão o que vamos encontrar em campo, no contato com o grupo que nos dispomos a estudar, trabalhar com, incomodar bastante com nossas curiosidades. Temos, claro, os pontos teóricos a investigar sem nos darmos muito conta de que os interesses do grupo que pretendemos estudar podem ser completamente Outros.

Para esse autor (2005, p. 243), “[...] talvez qualquer pessoa possa [escrever uma obra sobre

outra sociedade], mas não vai acrescentar algo à Antropologia”. Isso porque, “[...] a primeira exigência para que se possa realizar um trabalho de campo ante aos Outros é um treinamento rigoroso em teoria antropológica, que dê as condições de saber o que e como observar, e o que é teoricamente significativo”. Por outro lado, recomenda o autor (2005, p. 244 e 245) que “[...] o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar [...] eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para o país zande, mas os Azande tinham [...] não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado”.

Por isso não existe apenas uma antropologia ou uma única abordagem. Há uma Antropologia Física, outra Biológica, uma Cultural e uma Social. Cada uma delas, por certo, possui suas respectivas tendências, histórias e conflitos. Na

*Vocês dormem muito,  
mas só sonham com  
vocês mesmos*

*-David Kopenawa*



Antropologia Social, por sua vez, há uma gama de possibilidades a seguir: há uma Antropologia Social dos Sistemas Políticos, da Religião, urbana, indígena, da música e das relações de gênero (e aqui certamente os caminhos se multiplicam: há uma do direito reprodutivo, outra da sexualidade, uma da mulher indígena, outra da modelo anorética) e etc.

Claro, comumente os grupos estudados pelas Ciências Sociais não fazem divisões estanques, nas quais aqui começa a política, ali termina a religião. Mas o antropólogo, por sua formação, está atento a isso: que o parentesco se liga aos sistemas políticos ou à religião, que a economia está na saúde e vice-versa, isso é demonstrado por várias etnografias há mais de um século. E estes objetos: política, economia, gênero, saúde, corpo, são pontos de partidas teóricos para a sustentação analítica dos grupos estudados. E a análise pode seguir o caminho do estruturalismo, do materialismo histórico, da hermenêutica, da fenomenologia, da teoria dos processos, etc. De modo mais ortodoxo, ou construindo híbridos.

## E o que é a Antropologia? O que ela faz?

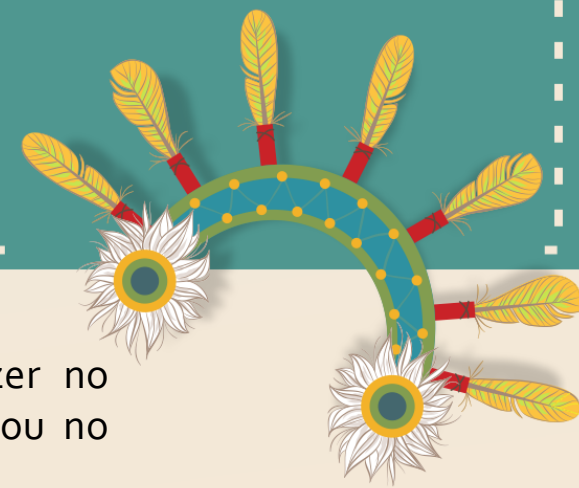
Antropologia pode ser definida pelos estudos das manifestações socioculturais humanas em sua totalidade e em sua diversidade; um olhar sobre a vida humana em suas familiaridades e em suas diferenças. Tal empresa depende fundamentalmente de um deslocamento desse olhar, para admitirmos ser apenas uma possibilidade de sociedade, mas não a única e nem a mais, nem a menos importante. Então, para descrever um discurso social do Outro, é preciso converter-se, em parte e ao menos metodologicamente, à lógica do Outro: essa é a compreensão da alteridade.

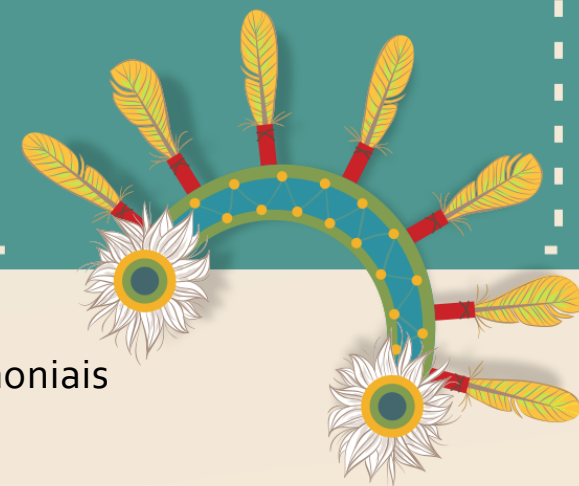
Segundo Clifford Geertz (2001), a brecha entre o familiar “nós” e o exótico “eles” é um obstáculo fundamental para a compreensão significativa do Outro, obstáculo que só pode ser superado mediante algum tipo de participação no mundo do Outro. Os etnólogos têm então, de nos convencer não apenas de que estiveram ali, mas de nos colocar ali, aproximando-nos da visão como eles veem, tentando sentir o que eles sentem.

Para os antropólogos, os conceitos de Cultura e os de Diversidade Cultural estão entre os mais caros para a Antropologia desde sua fundação como ciência no limiar do século XIX. De lá para cá, houve a elaboração de muitos conceitos para esses termos, indo desde Tylor (1973) e o “todo mais complexo” até as noções de cultura como teias intertecidas de significados e arranjos simbólicos e também como mecanismos de controle em Geertz (1989). O que parece ser importante frisar em diversos conceitos de cultura é o seu caráter dinâmico: antes de pensarmos, por exemplo, que as culturas indígenas não são mais as mesmas após o contato com os colonizadores, é preciso ressaltar que elas se modificam e se atualizam independentemente do contato ou não. É claro, existe uma enorme diferença na velocidade e alcance das relações pós-contato. Mas não podemos admitir que as sociedades indígenas, por exemplo, sejam estáticas ou que suas tradições sejam ensimesmadas, encapsuladas ou mantidas em seus “cercadinhos”; ao contrário, elas “tradicionalmente” se atualizam

e se ressignificam, e continuam a fazer no contato com a sociedade dos brancos ou no contato com outras etnias.

Em *The Uses of Diversity*, Geertz (1986) propõe que a diversidade das culturas está tanto além-mar quanto no final do corredor. As fronteiras da diversidade, ou seja, até onde uma cultura pode chegar sem riscos, são os limites da expressão do desejo dela se distinguir das demais. Geertz defende também que os antropólogos foram os primeiros a insistir que vemos as vidas dos Outros através de lentes por nós lapidadas, e que os Outros veem as nossas vidas através de suas próprias lentes, cuja lapidação foi feita por eles. Assim, as lentes indígenas, cada uma a sua maneira, interpretam e re-interpretam os novos conhecimentos que ora como outrora lhes chegam desavisadamente à sua porta. Mas a faculdade mimética que eles possuem para transformar e ressignificar esses conhecimentos pode ser claramente identificada quando analisamos a introdução dos processos de institucionalização de nossa sociedade.





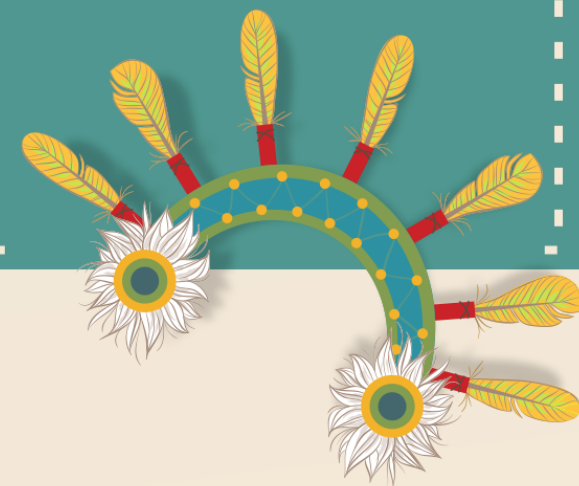
## A etnografia e a Observação participante

O método de investigação e obtenção de dados dessa pesquisa é, basicamente, mas não exclusivamente, a etnografia. A etnografia e a etnologia são momentos de uma mesma prática. A Etnologia está relacionada ao estudo das culturas nas suas formas tradicionais e nas suas adaptações às condições mutantes do mundo moderno. Etnografia, o ramo observacional da Etnologia, descreve cada cultura, incluindo sua língua, as características físicas de seu povo, seus produtos materiais e seus costumes sociais. Ao descrever uma tribo em particular, por exemplo, os etnógrafos reúnem informações sobre sua localização e ambiente geográfico. Também investigam todos os aspectos de sua cultura, incluindo alimentação, abrigo, vestimentas, transporte e manufatura; seus costumes no que tange a governo, propriedade e divisão do trabalho; seus padrões de produção e troca; seus costumes relacionados ao nascimento, ritos de iniciação à vida adulta, casamento e morte; suas ideias religiosas relativas à mágica, seres sobrenaturais, e ao universo; bem como

suas interpretações mitológicas e cerimoniais de seu ambiente natural e social.

Etnografia implica necessariamente em observação participante, que depende de nossa aceitabilidade dentro de um grupo, num tempo razoavelmente longo de convívio. Além da observação participante, e já que estamos por lá, praticamos algum tipo de pesquisa-ação. A aplicabilidade antropológica é, portanto, viável sempre que se levar em conta o que o grupo deseja dessa nossa ação sobre eles. Não se pode perder de vista que o próprio fato do antropólogo estar lá (Geertz, 1989) entre eles – condição fundamental do trabalho etnográfico – num período considerável de pesquisa de campo já é de antemão um tipo de interferência. Por mais aceite que você tenha do grupo com quem conviverá algum tempo, por mais que você se deixe por assim dizer, “naturalizar” pela lógica específica do grupo, você não está anônimo, não é um fantasma positivista. Parte de nossos resultados são análises de nós mesmos nessa relação com o Outro, afinal a Antropologia é um encontro de pensadores, isto é, nós e eles.





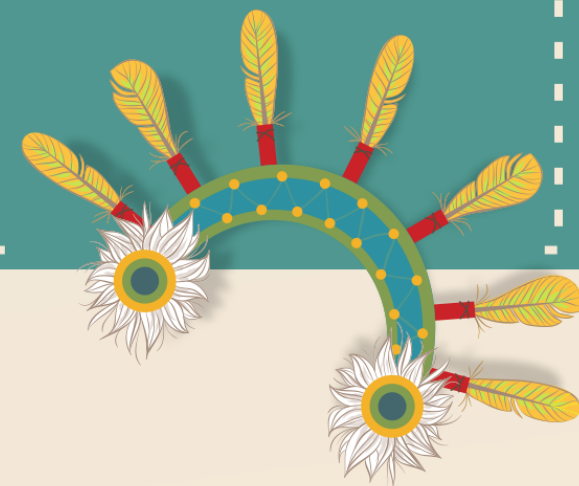
## SOBRE O CONTATO COM AS POPULAÇÕES AMERÍNDIAS

Antes de iniciarmos este tópico, é necessário ressaltar mais uma vez que existe atualmente uma vasta e diversificada literatura que dá conta das consequências do contato entre, por um lado, uma população de colonizadores ávidos de expansão e exploração de novas terras e, por outro, as populações nativas americanas, ou, como conhecemos em nossas generalizações, os índios. No entanto, para os propósitos que devemos atingir, é necessário recorrer mais uma vez a tais literaturas para demonstrar como esse processo de contato modificou a vida das populações ameríndias em geral.

Pouco se sabe ainda sobre as origens do homem na América, mas a História a partir do contato entre duas sociedades pôde ser contada. Não que inexistam uma história indígena anterior ao contato quinhentista. Uma extensa mitologia dos grupos indígenas, transmitida interna e oralmente em cada povo indígena e agora registrada em nossos livros, demonstra

a preocupação de cada povo em tornar sua história imemorial e comunalmente partilhada. Além disso, como nota Cunha (1992, p. 18), “[...] é significativo que dois eventos fundamentais, a gênese do homem branco e a iniciativa do contato, o sejam frequentemente aprendidos nas sociedades indígenas como produto de sua própria ação ou vontade”. Todos estes (res) significados são congruentes com as formas de contato – afinal, já chamara a atenção essa autora que os índios “sabiam” da chegada dos portugueses antes do contato, pois eles já apareciam nos mitos de muitos desses grupos.

Se nos anos anteriores às navegações de Colombo e Cabral, as estimativas de um total de população davam conta de populações nativas que variavam entre um e oito milhões de indivíduos (Cunha, 1992), somente se considerarmos as populações das chamadas terras baixas da América do Sul (que inclui todo o território brasileiro), hoje podemos contá-los na



casa entre 300 e 350 mil indivíduos que, em nossa generalização (mais uma vez), denominamos índios e que moram em Terras indígenas. Ora, é preciso ressaltar as classificações linguísticas e etnográficas para admitirmos a falha dessa generalização e ampliá-la para a diversidade de mais de 215 etnias falando mais de 180 línguas diferenciadas.

Isto sem contar aquelas etnias que ainda nos escapam das classificações, isto é, aquelas etnias que ainda não foram classificadas, pois ainda não houve contato com a colonização, ou como denominamos aqui, a sociedade Fóg. Essas etnias estão estimadas em cerca de 60 grupos que mais cedo ou tardio irão somar-se às mais de duzentas já classificadas e contatadas até então.

Nos links a seguir você encontrará as classificações etnolinguísticas, quadro de povos, um mapa histórico de Curt Nimuendaju de 1906 e outro da Funai, de 2000. Também está disponível o último Censo Indígena do IBGE de 2010.

## MAPAS

Troncos e Famílias

Quadro Geral dos povos

Mapa Curt Nimuendajú

Mapa FUNAI

Censo Indígena IBGE



## O novo fim do mundo

No Sul do Brasil, ou, mais amplamente, no Brasil meridional, esse número foi estimado em um máximo de 300 mil indivíduos à época do descobrimento. E a ocupação nessa região remonta pelo menos dois mil anos. (Noeli, 2002). Muitos desses registros arqueológicos indicam se tratarem de ocupações por grupos proto Jê.

Na América, e em particular na Ibero-América, os processos de formação dos Estados nacionais pós-coloniais estiveram pendidos na balança para o lado do colonizador. Acompanhada da imposição de Estados, a difusão do comportamento cortês tomou caminhos distintos. Podem-se notar tanto as mudanças que os colonizadores fizeram do comportamento cortês ao se instalar na América quanto às percepções dos nativos ante esses novos comportamentos. No caso da colonização, em que novos comportamentos devem ser aprendidos por nativos não-europeus, a imitação não se dá meramente pela cópia de

modelos impostos cruel ou suavemente, mas pelas representações que as sociedades nativas fizeram do modelo europeu, influenciando esse modelo.

Visto o processo sob o ponto de vista negativo, ou daquilo que falta, a ocidentalização dos comportamentos na Ibero-América não seria tão espontânea; poderia ser identificada como uma ausência de opções das sociedades indígenas ante as frentes colonizadoras da América, seus processos civilizadores – novos territórios políticos, cidades – e descivilizadores – violência, desterritorialização, etnocídio de nativos, etnocídio cultural.

Quando a Europa conquistou e governou o mundo, seus habitantes saíram e engajaram-se com inumeráveis povos e lugares, raças e culturas. Mercadores europeus, soldados, missionários, colonos e administradores ajudaram a transformar os sujeitos não-europeus, com variados graus de violência, para uma direção ocidental. A dominação imperial europeia não fora uma repressão temporária



das populações sujeitadas, mas um processo irreversível de transmutação, no qual os antigos desejos e modos de vida foram destruídos e novos tomaram seu lugar - uma história da mudança sem precedente em sua velocidade, seu alcance global e penetração. (Asad, 1991)

Esses povos, no entanto, não foram passivos. A história reconta também como eles resistiram, adaptaram, cooperaram ou desafiaram os novos “donos” da terra, e como eles se esforçaram para reinventar suas vidas. Mas isto também diz como as condições de reinvenção foram incrementadas e definidas por um novo esquema de coisas - novas formas de poder, trabalho, e conhecimento. O novo mundo para a matriz pareceu o fim do mundo para os índios.

### **Barbárie e Selvageria. De quem?**

Corroborado com todos os contextos descritos até aqui, o colonialismo no Brasil foi e permanece sendo um regime de “barbárie” com os nativos. Vários antropólogos têm se dedicado a descrever e a denunciar as atrocidades e

imprevidências cometidas com as populações indígenas brasileiras através dos tempos. Em seu estudo, Shelton Davis (1978) aponta massacres, corrupção, sadismo, introdução de doenças, perversões sexuais por parte dos colonizadores, antigos e novos, e seus serviços de proteção indígena. Não obstante, o aparato oficial foi peça fundamental na desfiguração das sociedades indígenas, com a implantação de grandes projetos em suas áreas, em nome do desenvolvimento do país.

Maybury-Lewis (1992, p. 49) compara essa necessidade do desenvolvimento como uma espécie de religião secular. Dessa forma, “[...] as necessidades de desenvolvimento servem de desculpa para a violação dos direitos humanos dos povos indígenas e de outras populações relativamente indefesas em todo o mundo”.

Ainda sob o ponto de vista negativo, Lévi-Strauss (1993, p. 349 e 350) já apontara que “[...] todas as civilizações reconhecem, uma após a outra, a superioridade de uma delas, que é a civilização ocidental”. No entanto,



quanto à adesão ao modo de vida ocidental, diz o etnólogo, que “[...] resulta menos de uma decisão livre que de uma ausência de escolha”. Mas o autor reconhece que positivamente **“[...] o que os países ‘insuficientemente desenvolvidos’ censuram nos outros, nas assembleias internacionais, não é que os estejam ocidentalizando, mas de não lhes darem, com bastante rapidez, os meios de se ocidentalizarem”** [grifo meu].

Mas é preciso levar em conta que, e ainda do ponto de vista positivo, as sociedades ameríndias absorvem determinadas características do processo civilizador, modificando-as tanto quanto são modificadas por elas. Trata-se de uma mimesis, onde muitas instituições e comportamentos são criados e re-criados a partir da lógica do Sistema Colonial, inferindo à sociedade indígena um novo perfil. É claro, já afirmamos anteriormente se tratar de um caminho de mão dupla, no qual as sociedades indígenas também conferem um novo perfil à sociedade Fóg.

### Contato no Brasil Meridional

No sul do Brasil, não poderia ter sido diferente. Antes, os contatos esparsos com a colonização remontavam a penetração dos jesuítas e dos bandeirantes pelo sul do Brasil em meados dos séculos XVI e XVII. A ideologia colonial desde então, como já apontava Mota (1994), tratou de afirmar e divulgar falsamente aos interessados em colonizá-lo o mito de que a região era demograficamente vazia, isto é, inabitada por povos indígenas.

Adentrando em território Kaingang, montando fazendas ou abrindo estradas de ferro e de tropa, os colonizadores portugueses (mais tarde, alemães, italianos e polacos) enfrentaram um grupo nada pacífico que resistia belicamente ao contato, em intermináveis guerras, tocaias e massacres, com inúmeras perdas de ambos os lados.

O que predomina nas antigas descrições é a violência com a qual os nativos reagiam à presença das expedições não menos violentas. Foram muitas as chacinas, as tocaias e os cercos



que os Kaingang trocavam com a sociedade Fóg no século passado, que marcaram a trajetória desse grupo como uma das maiores histórias de resistência ao contato no Brasil. (Mota, 1994).

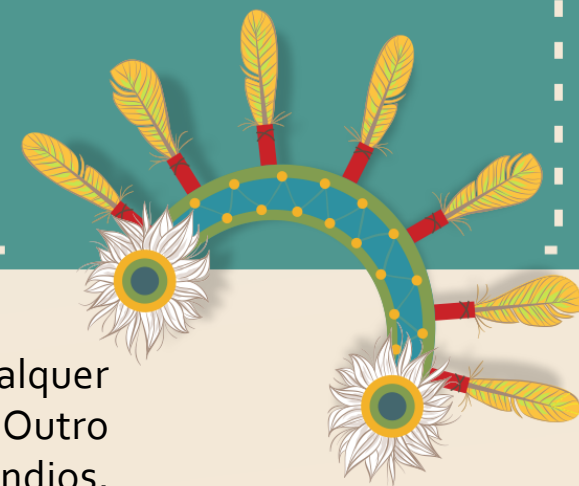
É interessante ressaltar que a característica marcante do contato com o povo Kaingang era seu caráter beligerante. Ou seja, o grupo tinha uma tradição em guerrear entre si pelas mais variadas formas de rivalidade. Essa característica foi oportunamente utilizada pelos colonizadores, revelando-se em uma estratégia eficaz para a proteção dos últimos. Dessa forma, os índios aldeados se faziam necessários porque conheciam o terreno e as artimanhas dos arredios e seminômades e poderiam enfrentá-los quando estes pilhassem os vilarejos.

A perda de terras desestruturou o grupo de diversas maneiras, influenciando inclusive as atividades físicas laborais, rituais ou de lazer e as condições de saúde geral dos Kaingang. Viveram, dessa maneira, por muito tempo em uma marginalização social, eles que eram os estabelecidos dessa terra.

O contato trouxe, sobretudo, doenças desconhecidas, para as quais as populações indígenas tornaram-se vulneráveis. Muitas doenças europeias e africanas que foram trazidas pelas diversas configurações do colonialismo dizimaram povos e provocaram mudanças nas relações com o ambiente e nas relações sociais. Varíola, gripes, sarampo, febre tifoide, difteria, cólera, peste bubônica estão entre as mais comumente sofridas pelas populações indígenas no Brasil. Em consequência, o contato e as doenças introduzidas trouxeram consigo novos saberes e serviços institucionalizados em relação aos cuidados com a saúde.

Todas estas consequências do contato, por epidemias, desnutrição, mortalidade infantil e alcoolismo, entre outros fatores, contribuíram não só para o aumento das taxas de morte dos Kaingang no sul do Brasil, mas também para profundas transformações na organização social e no “sistema tradicional” deles.

Para conviverem com os Fóg nesses dois últimos séculos, os Kaingang têm travado

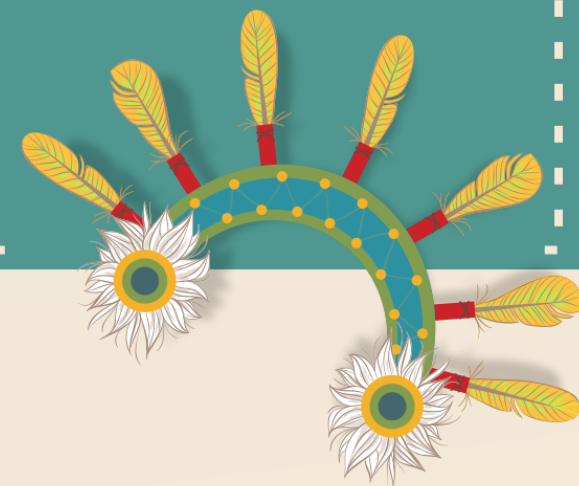


relações muito duras, como vimos até aqui. Há ainda muita pressão de fazendeiros paranaenses em torno das Terras Indígenas e de suas riquezas, principalmente por que muitas TIs conservam algumas de suas matas de araucária. A insistência da sociedade local em difamar a identidade dos Kaingang está ligada à ambição de tomar-lhes suas terras, pois “se não há índios lá, por que haveria de ter Terras Indígenas no Paraná?”, perguntam os interessados.

Poderíamos mostrar também que o mito do vazio demográfico no sul do Brasil e a promessa de terras agricultáveis trouxeram levas e levas de colonizadores (antes os portugueses e a partir do império, alemães, poloneses, italianos, ucranianos e etc.). Uma vez pacificados, vestidos e aldeados, sobre os Kaingang continuavam a recair os estigmas de periféricos, “do lado de fora”, quase sempre colocados à margem das Instituições dos novos “estabelecidos”.

A beligerância e a barbárie mudaram também de lado. A xenofobia institucional

mais que pessoal – a aversão a todo e qualquer estranho, estrangeiro, enfim, qualquer Outro – instalou-se, principalmente contra índios, caboclos e camponeses. Isso derruba um segundo mito, a saber, o mito de que o sul do Brasil - colonizado por europeus e seus descendentes - tornou-se mais civilizado (que o nordeste brasileiro, por exemplo). Provinciano, institucionalmente xenófobo e politicamente coronelista, o sul pouco difere da média do Brasil como um todo. E as relações com o Outro, como na média brasileira, excluía e eliminava os indígenas mais do que tentaram integrá-los ou respeitá-los em suas diferenças.



## A ETNIA KAINGANG

Os Kaingang pertencem ao tronco linguístico Jê e são denominados Jê Meridionais. Uma conta imprecisa – pois o Brasil ainda ressurte (sugestão: carece) de um censo indígena oficial e preciso – estabelece um número superior a 25.000 indivíduos, tornando-a a maior população entre os Jê e são considerados uma das cinco maiores populações indígenas no Brasil. Essa informação é corroborada pelo Portal Kaingang que não oficialmente contabilizou o número de Kaingang: “Sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população dos povos de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil” (em <http://www.portalkaingang.org>).

Ocupam descontinuamente uma vasta região compreendida entre as bacias dos rios Tietê e Uruguai em mais de trinta Terras Indígenas, além de vários outros que habitam as periferias de cidades e áreas rurais. E por terem

estabelecido contato há quase dois séculos, existe, por certo, um número expressivo de relatos de etnógrafos, de missionários, militares e indigenistas de Estado.

Os Kaingang organizam-se em metades exogâmicas Kamé e Kaïru com subseções Wonhétky e Votor, respectivamente. As metades relacionam-se com o sentido oeste-Kamé e leste-Kaïru e com o tipo de marca corporal que recebem ao longo de seu ritual. A organização em metades diz respeito também ao tipo de nomenclatura dada aos Kaingang que nascem, aos bichos e aos vegetais (Veiga, 1994). Mas isso é apenas parte das teias de significados produzidas pelos Kaingang.

Podemos também relacionar o dualismo Kaingang ao tipo de pintura corporal de cada metade clânica: Kamé-comprida-riscos (Téi) e Kaïru-redonda-pontos (Rór). Essas pinturas corporais, as metades Kaingang as herdaram





da roupa do mĩg (jaguar, onça, jaguatirica) de quem se pretendem parentes e com quem travam relações (Nimuendaju, 1993). O dualismo Kaingang ainda traz consigo duas regras que devemos destacar: a primeira, a patrilinearidade, isto é, a regra que determina uma linhagem paterna. Afinal, filho de Kamé é Kamé e filho de Kaĩru é Kaĩru também. Segundo Fernandes (2004, p. 58), “[...] o reconhecimento da descendência patrilinear é, efetivamente uma regra de alcance global entre os Kaingang que opera como critério de identidade”.

A segunda regra da tradição kaingang, a uxori-localidade, que como regra de residência advoga que o genro vá morar na casa do pai da noiva, prestando serviços a ele, pois na tradição Kaingang, o genro tem de prestar serviços ao sogro, depois de desposar sua filha. Até lá, o genro se torna, por assim dizerem eles, “o cachorro do sogro”, como anotou Fernandes (2004).

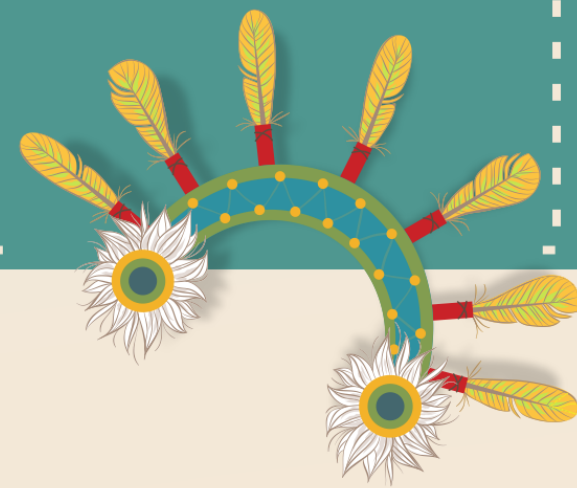
### Do que vivem os vizinhos?

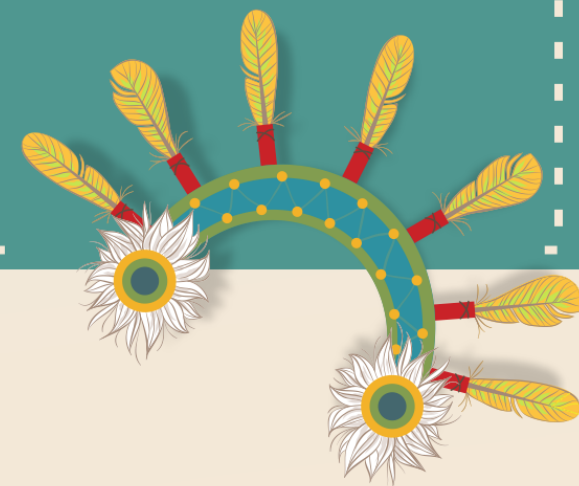
Os Kaingang são reconhecidos histórica e etnograficamente - como é o caso de diversas outras etnias – como caçadores, pescadores e coletores. Mas pouco persistiu dessas habilidades, pois, como dissemos, suas terras e o que havia sobre elas escassearam ou desapareceram. Atualmente, o labor Kaingang depende basicamente da agricultura de subsistência com roças predominantes de arroz, feijão, milho, abóbora, além de pequenas criações. Existem tanto as roças familiares quanto às roças comunitárias.

No âmbito da subsistência familiar, pode ser constatada a criação de aves e porcos pela maioria das famílias, mas principalmente entre as que detêm maior área em torno das residências. Essas famílias também cultivam algumas árvores frutíferas, como a tangerina, a maçã, o pêssigo, o butiá e outras apropriadas ao clima da região. No caso das roças familiares, que são pequenas roças de subsistência, o dono do trecho convida as pessoas de suas relações

mais diretas para o “ajutório” e fica responsável em alimentá-los, enquanto eles trabalham.

A produção familiar também pode ser relatada na produção de artesanatos de taquara, a saber, balaios, cestos, tuias, covós e parís (armadilhas para peixes), além de anéis, colares, arcos e flechas decorados com penas artificialmente coloridas por anilina e lã. Famílias inteiras se dedicam a essa atividade e vendem seus artesanatos e cestarias de taquara nas cidades da região. E tem as rodoviárias como referência para o encontro de outros viajantes. Outros Kaingang recolhem mel no mato, outros mantêm pequenas caixas de cultivo para consumo. Pescam em açudes e rios. Muitos costumam caçar tatus, catetos (espécie de porco-do-mato). Por vezes, entre março e julho, colhem e vendem pinhão.





## ÍNDIOS INVISÍVEIS? E NÃO É MAGIA

Em comparação aos povos indígenas da Amazônia Legal, os povos do sul do Brasil apresentam um número menor de etnias, mas nem por isso perdem sua importância, já que os Kaingang e Guaraní do sul se encontram entre os grupos mais numerosos. Dada a situação de maior tempo de contato, há muito se crê que não são mais “índios de peninha na selva virgem”, imaginário que o senso comum detém dos índios amazônicos. Porque quase toda a cobertura vegetal nativa do sul do Brasil foi completamente eliminada. No Paraná, por exemplo, restam menos de 5% da cobertura vegetal original, fato que se repete em algumas TIs. E se não há mata, não há índio na mata e, portanto não há índios lá, conclui o senso comum regional.

Muito além do senso comum, a maioria das organizações e das ações governamentais ou não governamentais, indigenistas ou indígenas nacionais e internacionais, bem como a maior

parte das etnografias, estão localizadas predileta no que é denominado por Amazônia Legal. Para os índios do sul são reservadas representações que vão de caboclos, mestiços, bugres e aculturados até sujeitos, desdentados e preguiçosos. Além da constante acusação de haver “muita terra para pouco índio”. Como lembra Fernandes (2004, p. 04), muitos “[...] não veem cultura indígena [Kaingang] nestes indivíduos que se vestem à moda dos brancos, que andam de carro, que frequentam as escolas, que trabalham como quaisquer outros trabalhadores rurais, que mendigam como quaisquer outros excluídos”. Essas representações, em contrapartida, não correspondem à identidade étnica sustentada por esses mesmos índios.

As diferenças entre visibilidade dos Kaingang e do contexto amazônico podem ser notadas nas diversas ações de saúde e educação, mas também na questão de demarcação de terras



indígenas, na sua expropriação para efeitos de grandes projetos e na capacidade de obtenção de recursos financiadores e incentivadores da produção e da cultura. E a mesma conta pode ser feita também em termos da organização indígena. Há poucas no Sul do Brasil, mas nem por isso são de pouca importância no contexto da política indígena nacional.

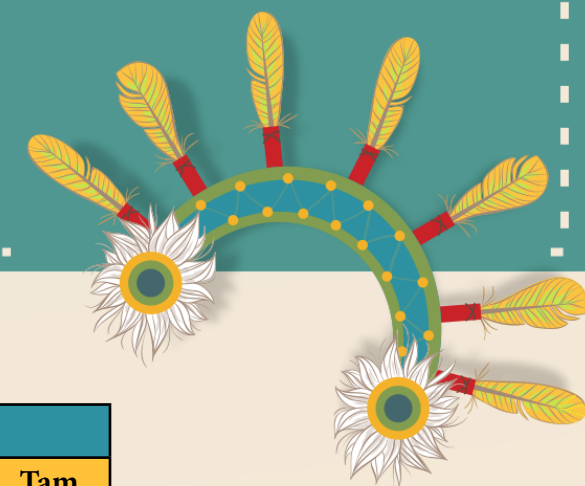
Se for possível considerar certa invisibilidade institucional em relação aos indígenas nas regiões fora da Amazônia Legal, é possível também considerar que a política indígena realizada nessas regiões seja também diminuta. Mas, ao contrário do que parece, e a História da relação entre nativos e colonizadores não nos nega, a resistência indígena existe quanto à usurpação de suas terras e quanto à defesa de seus direitos.

### Muita terra para pouco Índio?

A reivindicação pelo direito às terras está relacionada a manutenção das tradições. Aqui também parece estar associada à ideia de que a terra e a luta pela terra, apresentada como

luta tradicional dos antepassados, torna-se fundamental para uma identidade étnica. Fica evidente uma identidade de resistência. Não é por acaso que além das reivindicações do processo demarcatório das terras identificadas no sul do Brasil, muitas outras terras consideradas tradicionais, passam a ser reocupadas, como são os casos da recente tomada do Toldo do Imbu pelos Kaingang na cidade de Abelardo Luz/SC, da disputa pela Terra do Passo Liso/PR, próximo à cidade de Laranjeiras do Sul e da ocupação da terra de Araçaí, pelos Guarani a poucos quilômetros da cidade de Chapecó/SC. Obviamente, em todos os casos, bem como naqueles que passam a estabelecer seus processos demarcatórios, encontra-se mais uma vez a resistência, sobretudo de madeireiros e latifundiários dessas regiões.

As condições atuais das Terras Indígenas no Paraná e das populações podem ser vistas no quadro que se segue. Pode ser notado que, apesar do longo contato, a questão das dimensões e legalidades dessas terras ainda está por ser resolvida.

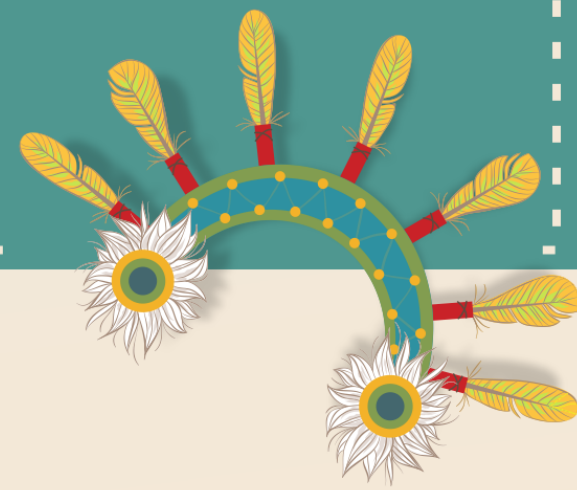


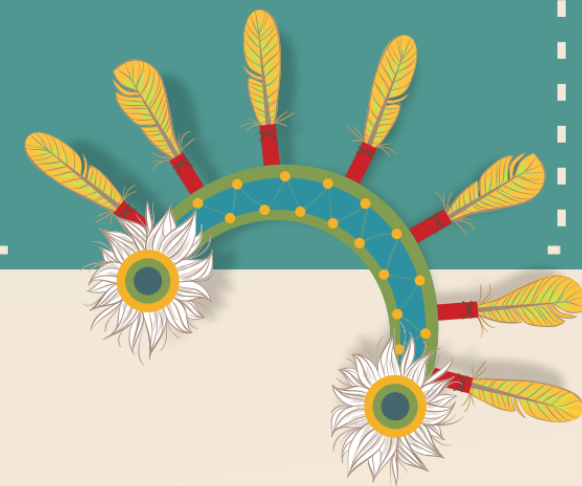
## QUADRO

<b>TERRAS INDÍGENAS DO PARANÁ</b>							
	<b>TI</b>	<b>Etnia</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Situação</b>	<b>Pop.</b>	<b>Tam.</b>
1	Laranjinha	Kaingang Guarani Ñandeva	Sta. Amélia	PR	Homologada	303	284ha
2	Pinhalzinho	Guarani Ñandeva	Tomazina	PR	Dominial Indígena	88	593
3	Apucarana	Kaingang	Londrina	PR	Reservada	690	5574
4	Barão de Antonina	Guarani Ñandeva Kaingang	S. Jerônimo da Serra	PR	Homologada	460	3751
5	S. Jerônimo da Serra	Kaingang Guarani Ñandeva	S. Jerônimo da Serra	PR	Homologada	380	1339
6	Tibagi/Mococa	Kaingang	Ortigueira	PR	Homologada	79	859
7	Queimadas	Kaingang	Ortigueira	PR	Homologada	498	3077
8	Ivaí	Kaingang Guarani Ñandeva	Pitanga	PR	Homologada	1026	7306
9	Faxinal	Guarani Kaingang	Cândido de Abreu	PR	Homologada	472	2043
10	Marrecas	Kaingang	Guarapuava Turvo Prudentópolis	PR	Homologada	203	16839
11	Rio Areia	Guarani M'bya	Inácio Martins	PR	Homologada	79	1352
12	Rio Areia I e II						
13	Mangueirinha	Guarani M'bya Kaingang	Mangueirinha	PR	Dominial Indígena	1898	16375
14	Rio das Cobras	Kaingang Guarani 'bya	Laranjeiras do Sul Que- das do Iguaçu	PR	Homologada	2403	18682
15	Ocoí	Guarani Ñandeva	S. Miguel do Iguaçu	PR	Dominial Indígena	454	251
16	Tekoha Anetete	Guarani Ñandeva	Diamante D'Oeste	PR	Adquirida	149	1774
17	Palmas	Kaingang	Abelardo Luz Palmas	PR	Identificação revisão	660	2944
18	Ilha da Cotinga	Guarani M'bya	Paranaguá	PR	Homologada	165	1701

*Adaptado do Instituto SocioAmbiental (1996-2000)*

A luta dos Kaingang hoje tem sido prioritariamente pelo resgate de várias terras imemoriais que lhes foram subtraídas pela força da espada e da caneta. É preciso notar que esse crescimento das populações indígenas é apenas aparentemente um fato positivo, depois de séculos de genocídio “civilizatório”. Na verdade, esse crescimento é problemático: não há condições para que ocorra, se não há terras suficientes que necessariamente deveriam acompanhar esse desenvolvimento. Aliás, as Terras Indígenas deveriam ser bem mais que o suficiente, porque é em sua vastidão que eles conseguiriam se reorganizar em termos de caça, coleta e, sobretudo a coleta de remédios-do-mato.





## PELA ALTERIDADE, ENFIM, DE SEU VIZINHO

Podese que muitos consideramos Kaingang e outros índios de **aculturados** já que eles usam roupas dos Fóg, trabalham e ganham dinheiro Fóg, usam a religião dos Fóg, carro dos Fóg e ganham uma ainda parca assistência médica e educacional, modelo Fóg. Também dão entrevista e tiram fotografia para pesquisador Fóg da Escola Fóg, da Universidade Fóg, com seus propósitos, projetos e intenções Fóg. Mas eles fazem com propriedade a leitura Kaingang sobre os intentos dos Fóg, e ler-nos assim, marca-lhes mais uma vez sua identidade.

E, apesar de seus mais de duzentos anos de contato com a sociedade dos Fóg, apesar da aproximação territorial entre cidades e Terras Indígenas ser medida em poucos quilômetros atualmente, tornando o contato e as interações entre Kaingang e Fóg uma atividade diária, e apesar de muitos Kaingang terem de viver no mundo e na lógica de trabalho da sociedade Fóg, é preciso ter olhos treinados

para perceber que eles lutam para manter significado em suas ações próprias da gente Kaingang.

Devemos considerar Taussig (1993), para quem a habilidade dos indígenas para adaptar não deveria ser confundida com aculturação. Ao contrário, essa é uma característica constante, tradicional da vida social e cultural indígena para transformar o velho no novo e o novo no velho, incorporando-os mais que os rejeitando.

Por fim, deve-se ressaltar que, quase sempre, os paradigmas usados pela sociedade Fóg para estabelecer o que deve ser a vida social, são ora dogmatizados por uma moral social, ora justificados por um exacerbado academicismo científico. Vale lembrar – todas às vezes que for preciso – que o ethos dos cientistas se manifesta sempre nos resultados de suas pesquisas, ou seja, que os cientistas carregam consigo os códigos e os valores historicamente



contextualizados, e que muitas vezes podem entrar em choque com os saberes populares de grupos por demais singulares, como ainda são os Kaingang.

Em contraposição, quase sempre, a saída acadêmica é a de minimizar os saberes populares (e indígenas) a algum tipo de credence, superstição, ignorância. Isso denota um caráter etnocêntrico que é mais dos cientistas do que da própria ciência, mas, enfim, de ambos. É claro que, atualmente, alguns cientistas com seus novos paradigmas científicos, têm procurado exequificar suas intolerâncias, avançando ao encontro de saberes e práticas legitimados socialmente. Mas a legitimação científica, a compreensão do significado da “tolerância”, necessita ainda de avanços muito maiores.

Pois, sempre que vemos o mundo apenas de uma posição superior do “nós” em relação a “eles”, dizemos que essa é uma posição etnocêntrica, isto é, considerar que a nossa visão de mundo é a única ou mais correta e, por conseguinte todas as outras de ignorantes,

loucas, estranhas, baseadas em credences ilógicas, ou de nos considerarmos avançados, civilizados ante os bárbaros, os selvagens. Nesse sentido a Antropologia tem sido extremamente crítica ao ainda arraigado caráter etnocêntrico de nossas ciências.

Devemos insistir nos deslocamentos de nossos olhares sobre as populações indígenas e sobre suas necessidades e realidades explícitas e implícitas. Compreendê-las por dentro, o melhor possível e com o olhar treinado para a alteridade.

A vida simples não é assim tão simples? Seu vizinho é mais complexo do que você imaginava? Ele vende cestos a sua porta, carregando os filhos sempre com carinho? Afinal, são eles que estão ocupando nossas rodoviárias ou são as nossas rodoviárias que estão ocupando o espaço deles? Bom para pensar e para olhar. Olhem para eles, pois. E ensinem seus alunos a deslocar seus olhares. E que possamos sonhar com um mundo de tudo e de todos.

**Boa tarefa!**



MAIS INFORMAÇÕES PARA ENRIQUECER SEU AMBIENTE ESCOLAR, VOCÊ ENCONTRA EM



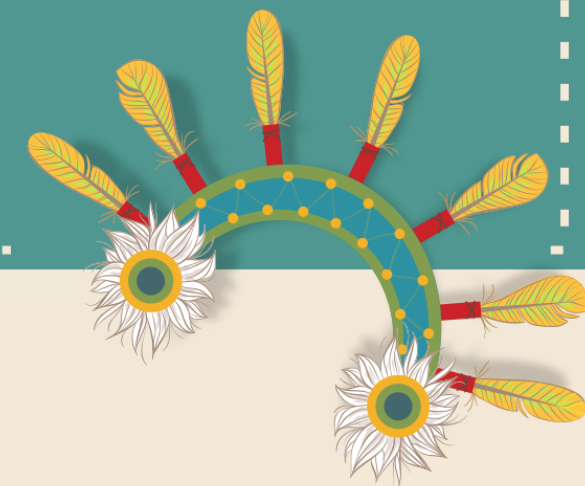
Muitas fontes, imagens, mapas, etc

Para crianças

Fontes primárias, depoimentos

Fontes primárias

Filme: Mato eles?



# REFERÊNCIAS

- ASAD, T. Afterword:.. From the history of colonial anthropology to the anthropology of west hegemony. In: STOCKING JR., G. (ed.). Colonial Situations: essays on the contextualization of ethnographic Knowledge. Madison: U. Winscons Press, 1991.
- BOSI, A. Dialética da Colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- CUNHA, M. M. C. (org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- DAVIS, S. Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os Índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, E. Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande. Oxford: Clarendon Paperbacks, 1976.
- FERNANDES, R. Autoridade Política Kaingang: um estudo sobre a legitimidade política entre os Kaingang de Palmas. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.
- \_\_\_\_\_. Política e Parentesco entre os Kaingang: uma leitura etnológica. São Paulo: PPGAS/USP, 2003.
- GEERTZ, C. The Uses of Diversity. In: McMURRIN, S.M. The Tanner Lecture on Human Values. Salt Lake City, U. Utah Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1989.
- \_\_\_\_\_. Nova Luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GRUPIONI, L.D.B. Índios no Brasil. São Paulo: Global editora, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- MAYBURY-LEWIS, D. Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo. In: ARANTES, A. et al. Desenvolvimento e Direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: EDUNICAMP, 1993.
- MOTA, L. T. As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá, Ed. UEM, 1994.
- NIMUENDAJÚ, C. Etnografia e Indigenismo. Campinas, Unicamp, 1993.
- NOELI, F. Repensando os rótulos e a História dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: TOMMASINO, K. et al. Uri e Wãxi. Londrina: ED. UEL, 2000.
- TAUSSIG, M. Mimesis and Alterity: a particular history of the senses. New York/London: Routledge, 1993.
- TYLOR, E. Cultura Primitiva: los orígenes de la cultura. Madrid: Ed. Ayuso, 1977.



VEIGA, J. Organização Social e Cosmovisão Kaingang: uma introdução ao casamento, parentesco e nomeação em uma sociedade Jê meridional. Campinas: PPGAS/UNICAMP, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. & ANDRADE, L. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas. In: SANTOS, L. & ANDRADE, L. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo: Comissão Pró Índio, 1988.

<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=21137> <http://pibmirim.socioambiental.org/>

<http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>

<http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>

<http://www.etnolinguistica.org/>

<http://www.portalkaingang.org/>

<https://www.youtube.com/watch?v=s6KdrVmKwDA>